

Direito feminino: Nove décadas de resistência

Representatividade ainda é baixa no Grande ABC; região tem oito vereadoras e só uma prefeita

ARTUR RODRIGUES
BEATRIZ NUNES

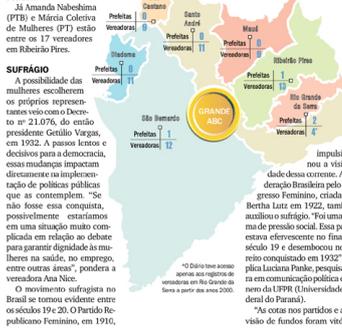
Falar sobre representatividade na política é um tema sensível há muito tempo. Para se ter uma ideia, a conquista do direito ao voto por parte das mulheres brasileiras aconteceu há apenas 91 anos, data recém completada no último dia 24. Em um contexto no qual homens são a maioria dos candidatos eleitos, tudo isso reflete e observa a pluralidade nas cadeiras ainda é algo difícil. Essa disparidade não é diferente no Grande ABC. Na região, 53,2% do eleitorado é feminino (equivalente a 1.112.844 eleitores). Mesmo assim, entre os 142 vereadores eleitos nas sete cidades, apenas oito são mulheres (5,6%). O número de vereadoras não passa de dois nomes por cidade, sendo que em municípios como Mauá e Rio Grande da Serra a representatividade feminina nas Câmaras é nula. São André e Itaquaquecetuba (PTB) e Miria Coleiva de Moraes (PT) estão entre as 17 vereadoras em Ribeirão Piriz. SUFRÁGIO A possibilidade das mulheres escolherem os próprios representantes veio com o Decreto nº 21.076, do então presidente Getúlio Vargas, em 1932. A passos lentos e decisivos para a democracia, essas mudanças impactam diretamente na implementação de políticas públicas que as contemplem. "Se não fosse essa conquista, possivelmente estaríamos em uma situação muito complicada em relação ao debate para garantir dignidade às mulheres no ensino, no emprego, entre outras áreas", pondera a vereadora Ana Nize. O movimento sufragista no Brasil se tornou evidente entre os séculos 19 e 20. O Partido Republicano Feminino, em 1910,



PIONEIRA. Tereza Delta foi a primeira prefeita no Grande ABC; ela foi nomeada chefe do Executivo em São Bernardo pelo governador Adhemar de Barros em abril de 1947

Direito ao voto feminino: Nove décadas de resistência

Número de prefeitas e vereadoras em cada cidade da região desde a implantação do voto feminino:



possíveis porque, antes de nós, outras mulheres lutaram pela conquista de direitos. A representação nas casas legislativas é escassa e nós ainda nos deparamos com o machismo nesses espaços, mas seguimos na luta", declara a vereadora Bruna Biondi. DEPUTADAS O número de deputadas federais aumentou de 77 em 2018 para 91 em 2022 (18,2%). Agora, a bancada feminina representa 17,7% das 513 cadeiras na Câmara. Em São Paulo, dos 94 deputados estaduais, 25 são mulheres. Entre elas, o Grande ABC é contemplado pelos mandatos de Ana Carolina Serra (Gadadania), Carla Morando (PSDB) e Ediane Maria (Pro). "Nós trazemos uma nova perspectiva na defesa e proteção das pessoas. Quando cambalho durante a campanha, nota que as meninas se valem em mim, mas eu também me vejo nua. Essa representatividade é fundamental para entendermos o nosso poder", comenta Ana Carolina Serra.

A VOZ DELAS



"A dico feminina é essencial durante a criação de políticas públicas. Estamos ganhando pouco a pouco o nosso lugar dentro da política."

Ana Carolina Serra, deputada estadual.



"Nós, mulheres pretas e periféricas, somos maioria na nossa sociedade e temos participação ínfima nos espaços de poder. Isso tem que mudar."

Patrícia Ferreira, vereadora de Itaquaquecetuba.



"A obrigatoriedade de 30% das candidaturas é importante, mas não pode ser o único recurso se queremos atingir equidade entre homens e mulheres."

Bruna Biondi, vereadora de São Bernardo.



UNIDAS. Partido Republicano Feminino, criado em 1910, movimento a luta pelo sufrágio.



FAZEM A DIFERENÇA. Mulheres representam 53,2% dos 2.151.530 eleitores da região

Tereza, Irinéia e Maria: região teve apenas três prefeitas

Tereza Delta foi a primeira prefeita no Grande ABC. Ela foi nomeada para o cargo em São Bernardo pelo então governador Adhemar de Barros em 1947, após afastar Wallace Serrone. Ela ficou no cargo até o final daquele ano, quando ocorreu eleições para prefeito e vereadores. Tereza foi presidente da Câmara da cidade entre 1948 e 1951 e, em seguida, foi deputada estadual entre 1951 e 1955. Ao longo de todas as legisla-

turas, só duas mulheres foram eleitas como prefeitas no Grande ABC. A primeira delas foi Irinéia José Midoli, que fez história em 1972 em Rio Grande da Serra e cumpriu mandato de quatro anos. A região foi eleger novamente uma mulher como chefe do Executivo apenas 24 anos depois, em 1996, quando Maria Inês Soares Freire foi eleita prefeita de Ribeirão Piriz. Ela se reelegeu em 2000, exercendo

mandato de oito anos. Para Luciana Pankse, o baixo índice de mulheres eleitas tem relação com os paradigmas que persistem mesmo após a conquista em 1932. Segundo ela, é necessário uma mudança cultural para que haja uma naturalização de mulheres na vida pública. "Uma mulher eleita vir notícia e isso já não deveria mais acontecer", disse a pesquisadora. "O sufrágio é um direito mínimo. É a base, o início

de todo o processo de mudança cultural para que mulheres estejam em cargos de poder. Mas só isso não é o suficiente", continuou. Ela acredita que um passo importante para essa naturalização é a ocupação de mulheres em cargos administrativos dentro dos governos, como ministras e secretárias. "Fazer um galinheiro que seja com pautas de ajuda muito. Porque assim, as pessoas começam a ver as